

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.078, DE 2004

Estabelece facilidades para o assinante que solicitar o cancelamento da prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal.

Autor: Deputado ALMIR MOURA

Relator: Deputado RICARDO BARROS

I - RELATÓRIO

O projeto proposto determina que os assinantes dos serviços de telefonia fixa e celular, prestados pelos Serviços Telefônico Fixo Comutado, STFC; Móvel Celular, SMC e Móvel Pessoal, SMP, possam solicitar o cancelamento das linhas, mesmo com débitos pendentes. Para a formalização da solicitação, o usuário deverá protocolar o pedido em uma das lojas de atendimento das operadoras, pela Internet ou em qualquer agência dos Correios. O projeto estabelece ainda que os Correios deverão ser remunerados pela prestação desse serviço.

O projeto tramita em conformidade com o inciso II do art. 24 do Regimento Interno desta Casa e está sujeito a aprovação conclusiva das Comissões. A proposição foi distribuída para análise de mérito à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e para análise de constitucionalidade e juridicidade, conforme art. 54 do mesmo Regimento, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

O presente projeto, de autoria do Deputado Almir Moura, visa criar novo instrumento jurídico de modo a auxiliar os cidadãos que se encontram em dificuldade financeira para a quitação de débitos contraídos com as companhias telefônicas. É sabido que essas empresas tem elevado as tarifas enormemente após a privatização do setor, ocorrida em 1997. O alto custo da assinatura básica mensal é considerado a maior responsável, não só pelo alto índice de inadimplência de consumidores, mas também pelo baixo crescimento no número de telefones com conta, tanto fixos quanto móveis. Na sua justificação, o autor argumenta que as operadoras tem recorrido a práticas de constrangimento e de difícil aceitação como o de exigirem o pagamento dos débitos como requisito para o cancelamento dos serviços.

Entendemos que a prática da exigência da quitação para o desligamento da linha é abusiva e desproporcional e que deve ser coibida pelo poder público. A regulamentação expedida pela Anatel para os serviços telefônicos dispõem que os contratos podem ser rescindidos a qualquer momento pelos usuários mas não explicitam que os serviços podem ser cancelados estando o cliente em débito com a companhia. Essa lacuna é utilizada pelas operadoras para exigir a quitação prévia, o que é claramente ilegal. Assim, a presente proposição visa corrigir a situação atual amparando e beneficiando os usuários dos serviços de telecomunicações.

Com relação à menção expressa à comunicação celular, informamos que atualmente o Serviço Móvel Celular já se encontra desativado, tendo todas as operadoras de telefonia móvel migrado para o novo Serviço Móvel Pessoal. Por isso, é de nosso entendimento que o nome técnico do serviço não deva ser mencionado na lei para não tornar a mesma obsoleta no caso de nova alteração nas denominações dos serviços de comunicações. Dessa forma, oferecemos emenda para substituir em toda a proposição os termos SMC e SMP por *telefonia móvel terrestre de interesse coletivo*.

Isto posto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.048/04 com as emendas ora propostas.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado RICARDO BARROS
Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

PROJETO DE LEI Nº 3.078, DE 2004

Estabelece facilidades para o assinante que solicitar o cancelamento da prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal.

EMENDA nº 1

Substitua-se, na ementa do projeto de lei e nos artigos 1º, 2º e 4º, a expressão "Comutado, do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal" por "Comutado ou do serviço de telefonia móvel terrestre de interesse coletivo"

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado RICARDO BARROS
Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

PROJETO DE LEI Nº 3.078, DE 2004

Estabelece facilidades para o assinante que solicitar o cancelamento da prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal.

EMENDA nº 2

Substitua-se, no art. 3º e 5º, a expressão "e do Serviço Móvel Celular ou do Serviço Móvel Pessoal" por "e do serviço de telefonia móvel terrestre de interesse coletivo":

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado RICARDO BARROS
Relator